

DA MEMÓRIA

*Adriana Dias Gomide Araújo**
*Maria Luisa Magalhães Nogueira***
*Vanessa Andrade de Barros****

Resumo: Este trabalho procura fornecer uma perspectiva sobre o espaço em suas relações com os processos de subjetivação e a memória. Com base na definição de lugar como uma categoria da existência na produção do cotidiano, torna-se possível visualizar tanto suas inscrições históricas, quanto suas possibilidades de resistência para a construção do sujeito social. Nesse sentido, são abordadas duas pesquisas que recorrem ao mesmo método, a história de vida, traçando um percurso que mostra a pertinência de categorias socioespaciais, como lugar e território, fundamentais para a compreensão do processo de construção do sujeito em devir.

Palavras-chave: Espaço. Memória. História de vida. Sujeito.

Abstract: This work intends to supply a perspective about space and its relations to the process of subjectivity and memory. Based on the definition of place as an existence category, producing the quotidian, it is possible to visualize its historical inscriptions and its possibilities to resist aiming the construction of the social subject. Thus, two researches with the same method, the Life History, are discussed in this text by drawing a path that shows the force of certain categories, such as place and territory, in order to comprehend the process of subject construction as *devenir*.

Keywords: Space. Memory. Life history. Subject.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões construídas com base em duas distintas pesquisas realizadas em duas favelas da cidade de Belo Horizonte. Os estudos foram desenvolvidos por meio de uma mesma matriz metodológica: o trabalho com a memória por meio do recolhimen-

* Bolsista da CAPES, doutoranda da Faculdade de Educação, vinculada ao Departamento de Ciências Sociais na Educação da UNICAMP.

** Professora do Curso de Psicologia da UFMG e doutoranda do curso de Geografia da UFMG.

*** Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris VII. Professora do Departamento de Psicologia da UFMG.

to de histórias de vida (PINEAU, 2006), na perspectiva da Psicossociologia (LÉVY, 2001) – que recortaram como objeto a questão do trabalho.

Esse percurso metodológico, que remonta aos clássicos da Escola de Chicago e ganha cada vez mais fôlego no cenário científico atual, pressupõe e se justifica por seu caráter essencialmente interventivo. Trata-se de um modelo de pesquisa qualitativa, re-elaborado a cada estudo, que propõe como elemento fundamental a disposição do pesquisador em se deixar *afetar* pelo encontro com o campo de pesquisa. Portanto, contém a dimensão inexorável do afeto como premissa, dimensão esta, vale marcar, sempre presente nos estudos científicos. Neste caso, é justamente a possibilidade do *encontro singular entre pesquisador e pesquisado* (LÉVY, 2001) que faz emergir o conhecimento, no processo de escuta comprometida e de troca. Nesse movimento, apresenta-se a ponte, ainda que invisível inicialmente, edificada entre a história individual e a história social. Essa ponte é a confirmação de que a história peculiar do sujeito carrega as marcas da produção social; nessa travessia o sujeito busca produzir sentido e se construir como sujeito-devir. Assim, tal método implica uma produção de conhecimento baseada no discurso do sujeito sobre sua situação concreta de vida, construído na experiência cotidiana e na interlocução.

O diálogo impõe a escuta de duas vozes, uma troca que propicia a reflexão sobre as trajetórias dos sujeitos envolvidos, bem como sobre os lugares de poder no universo científico. Partir de uma perspectiva metodológica que é dialógica favorece não apenas a apreensão do vivido social – ou seja, o sujeito e suas práticas, na maneira pela qual ele negocia as condições sociais que lhe são particulares (BARROS; SILVA, 2002) – como, ainda, a negociação dos saberes entre as diferentes ciências disciplinares, justamente pelo cruzamento de suas fronteiras. Busca-se, desse modo, se pautar pelo diálogo entre saberes (SANTOS, 2006), “*a partir de processos de mediação com o mundo*” (HISSA, 2008, p. 23).

A utilização do método de história de vida mostra-se particularmente fecunda para as análises da relação homem/trabalho. Mas foi estudando tal relação que se foi levado a nela pensar, as demandas por reconhecimento vindas de moradores de favelas. Portanto, o método facilitou a compreensão dos sentidos do trabalho na perspectiva artístico-cultural para essas populações, inclusive considerando as contradições aí presentes, oferecendo, assim, um alcance mais amplo e qualitativo às questões que se busca compreender.

Refletir sobre o lugar é, necessariamente, pensar a natureza do espaço que, por sua vez, é revelada invariavelmente nas narrativas de vida, embora essa categoria nem sempre receba a atenção e o tratamento necessários. É preciso sublinhar que a natureza do espaço convoca o diálogo entre os diversos saberes e ciências. Talvez repouse aí a dificuldade de reconhecer a pertinência do espaço para a compreensão das relações psicossociais.

Pensa-se, pois, o processo de pesquisa, a construção de conhecimento, fundamentada na produção de sentidos tecida no desenho de relações e nos mapeamentos teórico-metodológicos desenvolvidos no contato com o objeto de pesquisa. As pesquisas que sustentam as reflexões apresentadas nesta ocasião foram construídas com base no encontro com os interlocutores, mas não apenas; foram desenvolvidas nos diálogos conceituais sobre os temas que emergiram nas falas escutadas, nas conversas que surgiram. E, ainda nesse cenário, por meio do levantamento bibliográfico, travaram-se diálogos entre autores da Psicologia, da Sociologia e da Geografia, os quais possibilitaram o encontro com as questões que emergiram, em termos teóricos e empíricos.

Assim, destaca-se que esta perspectiva transdisciplinar busca manter como zona de contato privilegiada os campos da Geografia, da Psicologia e da Sociologia, o que impõe três proposições importantes:

1. o espaço como condição, meio e produto da reprodução social – portanto, entende-se que uma compreensão da vida social deve considerar a análise da produção espacial;

2. a subjetividade como experiência sempre material, carregada da vivência do espaço – desse modo, compreender-se-á a produção do sujeito como produção sócio-histórica;

3. as favelas como parte da produção socioambiental do espaço urbano, recusando a leitura dicotômica da cidade, tal como a realizada nos espaços midiáticos e, algumas vezes, nas políticas públicas. Além disso, é preciso reconhecer a importância de se pensar na produção simbólica das favelas, ao longo da história urbana.

Em primeiro lugar, sublinha-se que para um entendimento da cidade, deve-se tomá-la como dispositivo ativo de configuração da estrutura social. A cidade também está em (NOGUEIRA; SANDER, 2008). Rejeita-se, assim, a perspectiva de cunho ideológico da cidade como *una*, em detrimento de seu caráter flexível (VAINER, 2002). Pois, como produto, a cidade é, ao mesmo tempo, produtora dessa vida, marcando cotidianamente suas possibilidades, seus trajetos e, ainda, os modos de subjetivação que aí se tecem. Dispositivo de produção da vida pública, a cidade tem a dimensão do humano em todos os seus cantos e em sua produção simbólica.

Nascida para ser encontro, originária de encruzilhadas e de entrepostos, a cidade é, por excelência, o espaço da troca. Assim, floresceram as cidades ao longo da história, desenvolvendo e fortalecendo significados. O lugar da negociação é, também, o da produção. Nesses termos, a cidade é lugar da criação, da fertilização. A cidade, o lugar da vida moderna, também, é o espaço da arte; o lugar da vida, contraditoriamente, é o da exclusão, dos sonhos frustrados e da marginalidade. O espaço da arte é o da sua negação (HISSA, 2008, p. 269).

De que modo a experiência da subjetividade é tecida na cidade? Qual o espaço da arte, da invenção e da resistência¹ no tecido urbano contemporâneo? Tomando a cidade como objeto desta reflexão, pode-se colocar em relevo a importância do espaço para a compreensão da dinâmica social, bem como para a compreensão dos modos de subjetivação que são urdidos na cidade contemporânea.

A dimensão subjetiva designa o campo de caráter **psicológico**, o modo como cada indivíduo se relaciona com o regime de verdades característico de cada período; como cada sujeito experimenta, reinventa e traduz o conjunto de regras que a sociedade define, pois “não há como se saber de um indivíduo sem que se conheça seu mundo” – como afirma Ana Bock (1992, p.93), conforme a perspectiva marxista adotada: *o homem é o mundo do homem*. Reafirmamos, assim, a necessidade de pensar a subjetividade a partir de sua dimensão espacial, pois “os homens são o que fabricam para si mesmos. Eles são o seu espaço, produto do seu trabalho e resultado do seu consumo – dispêndio do próprio território, derivação do uso que se faz dele.” (HISSA, 2008, p. 265).

O espaço surge, como um objeto que também concerne à Psicologia. Contudo, ainda que a questão da produção do espaço indique sempre uma visão transdisciplinar, a natureza do objeto *espaço* se manifesta como uma temática privilegiada da Geografia. Nesse campo, o estudo do *lugar*, enquanto espaço praticado, poderá favorecer a compreensão da produção de subjetividades e a cidade contemporânea (SECCHI, 2006), entendida como expressão social da categoria lugar (talvez a mais importante²), pode servir como interessante aporte metodológico. Por isso, neste texto, o encaminhamento das reflexões se direciona, em especial, a essas categorias socioespaciais: *lugar e território*, mantendo como eixo transversal o *trabalho*, em sua constante dimensão de (i)materialidade.

Desse modo, com base nas trajetórias de vida de duas lideranças comunitárias – reconhecendo o lugar como território da existência e pensando o território como rede de lugares – pode-se compreender a subjetividade. Isto é, nela se busca manter em foco dimensões ineludíveis tais como alteridade, poder, política e produção de sentido, sempre com fundamentação no cotidiano, ou seja, no lugar.

¹ Pensamos resistência em termos de sua potência de afirmação e de vida, como discute Michel Foucault.

² A importância do urbano já se apresentava nos trabalhos de Henri Lefebvre (1999), com relação ao que ele define como sociedade urbana – em que a urbanização ultrapassa o ambiente da cidade; o processo de industrialização e o processo de (re)produção social atingem o espaço inteiro, na cotidianidade. Por outra via epistemológica, Mike Davis (2006) afirma que a população urbana é superior à rural pela primeira vez na história. Enfim, é evidente a importância dos estudos sobre o fenômeno urbano especialmente este é visto com inspiração na concepção de Milton Santos em que “cada lugar é, à sua maneira, o mundo” (1999, p. 352), mesmo porque “a cidade é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros” (1999, p. 319).

O lugar encaminha ao cotidiano: “essa categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido” (SANTOS, 1999, p. 315), justamente porque o cotidiano é feito de lugares – “cotidianos compartilhados” (SANTOS, 1999, p. 322). Por isso, busca-se um recurso metodológico que possibilite ao pesquisador ser “capaz de ler e cartografar o transitório, de edificar com metáforas” (MELO; SANTOS, 2008, p. 293), afinal, a vida é tecida no movimento do cotidiano.

○ LUGAR, A MEMÓRIA E A EXISTÊNCIA: DUAS HISTÓRIAS

A base empírica desta discussão ampara-se na justaposição das pesquisas realizadas por Nogueira (2004) e Gomide (2006).³ As narrativas reconstruídas versam, como eixo transversal, sobre as ações artístico-culturais de ambas as lideranças⁴ responsáveis: em um caso, pela formação de um grupo de teatro, conhecido como *Grupo do Beco*, e, no outro, pela produção de um grupo cultural, conhecido como *Grupo de Cantigas de Roda Meninas de Sinhá* – ambos de Belo Horizonte.

No primeiro caso, no estudo intitulado *Mobilidade psicossocial: a história de Nil na cidade vivida*, lida-se com a relação entre trabalho e mobilidade psicossocial ao longo da trajetória de vida de um morador de uma favela de Belo Horizonte, o Aglomerado Santa Lúcia. A história de Nil leva às discussões que tratam da mobilidade psicossocial⁵ vinculada à vivência na favela, ao trabalho dominado e à experiência de trabalho concreto, vivido na cena cultural, bem como a um debate transdisciplinar sobre espaço, alteridade, política e cidade.

Já na segunda pesquisa, tendo como objetivo o estabelecimento de uma discussão entre trabalho e território, desenvolve-se uma análise sobre a vivência do trabalho de uma líder comunitária da favela do Alto Vera Cruz,

³ Não nos ateremos às narrativas de vida recolhidas, tanto porque possuem sua integralidade disponível nos relatórios de pesquisa produzidos, quanto pelo fato de buscarmos, neste momento, avançar na exploração de pontos comuns a esses estudos (GOMIDE; NOGUEIRA; BARROS, 2007).

⁴ As lideranças autorizaram a publicação de seus nomes próprios. É preciso ressaltar que se tal autorização não fosse oferecida, o desenvolvimento das pesquisas seria inviabilizado porque a atividade de ambos os grupos, formados por essas lideranças, carrega uma identificação evidente. Lembra-se ainda as palavras de Ecléa Bosi: “uma história de vida não é feita para ser arquivada ou guardada numa gaveta como coisa, mas existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (BOSI, 2004, p.69).

⁵ A noção de mobilidade psicossocial atravessa os campos espacial, econômico, social e subjetivo; refere-se aos movimentos psicossociais experimentados pelos sujeitos por meio da dimensão social (vínculos inter-pessoais, de classe, desempenho de papéis sociais, cultura etc.) em relação à esfera subjetiva, necessariamente contida na questão social (as representações daí decorrentes, a construção da identidade, a necessidade de reconhecimento etc.) e lançada materialmente ao plano espacial, este agindo sobre sua matriz. A mobilidade psicossocial é entendida, dessa forma, na inter-relação do objetivo com o subjetivo (dos fatos concretos às representações e significados, da experiência de auto-construção à necessidade de subsistência), ao longo da trajetória de vida do sujeito. (NOGUEIRA, 2004, p. 8-9).

também em Belo Horizonte, tendo como orientação a compreensão da dinâmica de deslocamento da condição de indivíduo para a condição de sujeito com base na vivência, fundamental em termos psicossociais, do **enraizamento** (WEIL, 2001). O estudo intitulado *Território e Trabalho como possibilidade de enraizamento: a história de Valdete do Alto Vera Cruz* revelou a importância do território, do reconhecimento e do trabalho, como já diz o próprio título, como potencial para a criação de raízes no espaço vivido, no lugar.

O olhar de Valdete para as mulheres que saíam de um centro de saúde próximo à sua casa, com “sacolas de remédios” fez com que um grupo cultural fosse criado. Essas mulheres com histórico de depressão e outras perturbações psíquicas pareciam abusar do uso de medicamentos prescritos pelos médicos (ansiolíticos e antidepressivos).

Foi reunindo, conversando, brincando com essas mulheres que o grupo acabou se constituindo em um ponto de apoio para suas integrantes. Ele passou a ter uma configuração bem definida, quando a brincadeira de roda e as cantigas foram identificadas como um elemento significativo, responsável pelo alívio dos sintomas gerados pelo sofrimento psíquico. Dessa forma, elas decidem formar um grupo de cantigas de roda para divulgá-las, inicialmente, para as crianças.

Segundo a líder, com um gravador emprestado elas começaram a fazer pesquisa, visitando senhoras mais idosas, que, impossibilitadas de saírem de casa, pudessem ajudá-las com o trabalho de rememoração de cantigas mais antigas, aumentando, assim, o repertório do grupo. Deram início às apresentações que foram se sucedendo e preenchendo os espaços da agenda do grupo que, desde 1998, é conhecido como “Grupo de cantigas de roda Meninas de Sinhá”. No início, o grupo não tinha nenhuma pretensão em se transformar no que ele é hoje, ou seja, um grupo reconhecido localmente e para além dos espaços da capital mineira. A visibilidade do grupo se deu por meio de apresentações, premiações, shows, gravação de CD, participação em programas de televisão, lei de incentivo à cultura e etc.

Quando a relação do indivíduo com o seu território de existência é mediada pela vivência de trabalhos artístico-culturais, a emergência do sujeito social é favorecida. Foi nesse exercício cotidiano de questionamento das relações heterônomas dos habitantes de uma favela que Nil e Valdete puderam conquistar maior autonomia, fazendo-se **indivíduos portadores de história**: sujeitos (ENRIQUEZ, 2001). A Psicologia pode contribuir para uma nova leitura do território, da escrita da cidade, de sua importância como ator político nas relações de alteridade e nos antagonismos que constituem esse cenário. Para Haesbaert (2004), cada um de nós necessita, como *recurso* básico, territorializar-se. Ou, ainda, nas palavras de Sebastião Salgado:

Somos todos afetados pela brecha cada vez maior que separa os ricos dos pobres, pelo acesso à informação, pelo crescimento populacional no Terceiro Mundo, pela mecanização da agricultura, pela urbanização galopante, pela destruição do meio ambiente, pelo fanatismo nacionalista, étnico e religioso. As pessoas arrancadas de seus lares são apenas as vítimas mais visíveis de uma convulsão global que decorre exclusivamente de nossos atos (SALGADO, 2000, p. 08).

O território para os sujeitos deste estudo significa possibilidade de trabalho reconhecido, expressão política dessa luta pelo espaço, simbólico, (i)material. O território leva à compreensão da luta pelo espaço, pelo reconhecimento, para o abandono de uma alteridade radicalizada.

O território é um elemento imprescindível para o entendimento do sujeito, bem como à percepção substancial do trabalho como irredutível às outras dimensões da constituição subjetiva; dois inelimináveis aspectos dos processos psicossociais a que se busca entender – **que possamos apreender esta dinâmica que não permite uma separação do social e do psíquico** (RUIZ, 2005, p. 09).

Vê-se assim que as histórias colhidas contam a conquista do reconhecimento e a intensificação de ações sociais por meio de atividades culturais. As lideranças ouvidas conseguiram estabelecer um diálogo com as estruturas oficiais de poder e reconstruíram a relação dos seus territórios de existência com os espaços midiáticos, viabilizando outras formas de reconhecimento.

A vinculação social, dada eminentemente pelo trabalho articulado à produção da cultura e do exercício político – no caso dos interlocutores desta pesquisa, o teatro e a cantiga de roda – conecta os sujeitos a um coletivo, o gênero humano, e seu reconhecimento recíproco. Como resistência, esse processo leva à recusa da opressão e do controle tradicionalmente impostos à favela, transformando esses lugares, em termos sociais e espaciais, por meio da (re)construção das tramas do cotidiano.

No caso de Nil, é evidente a transformação operada pelo trabalho concreto, carregado de possibilidades de criação, como o caso do teatro. Nil consegue desviar-se da participação social tradicional, determinada sócio-historicamente pela condição de classe (ser pedreiro, como seu pai) e, ainda, sem ceder à sedução do tráfico de drogas, presente na sua história. Contudo, como entender a elaboração dessa travessia de autoconstituição, pelo trabalho, escapando às determinações inscritas em sua condição de classe e recusando os apelos da criminalidade?

Ao longo de seu relato chama a atenção, desde o princípio, a importância que a experiência do trabalho performa. É interessante perceber que, inicialmente, o trabalho assume um caráter penoso (muito identificado e mesmo misturado à figura rigorosa do pai, trabalhador que desejava que o filho não estudasse e se dedicasse a trabalhar desde a infância) para mais tarde, todavia, transmutar-se em uma outra experiência de trabalho – esta

prazerosa e construtiva. Quando, já adolescente, Nil se envereda pela via da cultura, por meio do teatro e, também pelo papel de educador.

Realizar a travessia da autoconstituição, nesse caso, pelo trabalho, só é possível se for operada uma transformação nesse contexto de trabalho, já que está colocado num modo de produção que funciona baseado na dominação, na desigualdade e na exploração. O acesso vai se efetivar por alternativas diferenciadas de trabalho, que não a reprodução eterna da desqualificação ou, como se fosse seu reverso, a via da criminalidade. O resgate da função original do trabalho, por sua vez, permanece se a atividade laboral é colocada como espaço de transformação e criação, potencializando sua dimensão vital.

Ao separar o homem de sua produção, o homem e o produto de seu trabalho tornam-se alheios e, assim, o trabalho surge como desefetivação do trabalhador, como desrealização do ser social, gerando uma possível cristalização de papéis, pelas determinações sociais. Contudo, nesse paradoxo, percebe-se que é possível alterar tal processo, precisamente pelo acesso à informação e à cultura. Essas são vias que possibilitam a produção de novas identificações sociais, gerando condições de vida humanizadas. Essa foi uma grande descoberta: a permanência e a força política do trabalho em sua dimensão positiva, de criação e transformação. Se tal plano é atingido, a despeito das adversidades (como contam Nil e Valdete), impulsiona-se o processo de transformação. Entende-se que a mobilidade psicossocial se deu, nos casos acompanhados, por um desejo de transformação da realidade, de transformação do olhar que estigmatiza e da determinação social, onde se nota a efetivação da importância do trabalho criativo, que os retira do anonimato.

Desse modo, encontra-se nas histórias ouvidas um caráter primordial de resistência e transformação, o que remete à dimensão política da cultura (como cultivo, como trabalho) se efetivando de fato pela via da criação, do conhecimento, da informação e do afeto. *Trabalhar significa cultivar* (VIEGAS, 1989). É a cultura a que se refere Sônia Viegas na Conferência Trabalho e Vida (1989): a autora apropria-se do sentido do trabalho como vida, como forma de fazer jus à vida, criando mais do que objetos, significações que se desdobram indefinidamente.

CIDADE E ALTERIDADE: BUSCANDO COMPREENDER A MEMÓRIA

Percebe-se com base nas trajetórias citadas, a importância da conexão com o outro, a formação de um nós, o reconhecimento da alteridade e sua negociação, em que a dimensão da cidade emerge com força e virulência levando a pensar a luta pela apropriação do espaço como luta política perene. Assim, a questão do território emerge como ponto indelével da

subjetivação, em que o trabalho é um recurso privilegiado desta apropriação. Portanto, no que diz respeito ao trabalho, ainda que se saiba que as possibilidades de negociação (política; da ordem da alteridade e dos limites e fronteiras territoriais) apresentem os contornos precisos do *Capitalismo Mundial Integrado* e que, dessa forma, sua elasticidade recorta-se pela contradição capital e trabalho, é se levado ao encontro de vivências que evidenciam, de certa forma, a possibilidade de extrapolação desses limites. A transgressão de uma determinação social não é pouco se essa determinação for a radicalização da alteridade, como denuncia Soares: “não serás outro (para que eu permaneça o que sou)” (SOARES, 2004, p. 107). Reconhecer-se nas histórias de Nil e Valdete o movimento de apropriação que indica a produção do sujeito como aquele:

(...) que sabe desposar suas contradições e fazer de seus conflitos, de seus medos, de suas metamorfoses a própria condição de sua vida, sem dominar o caminho que toma nem as conseqüências exatas de seus atos; homem apto a recolocar em jogo sua vida e a correr riscos. (ENRIQUEZ, 2001, p. 36).

Esse movimento, nos casos de nossos estudos, é estabelecido na vivência de um trabalho que carrega em si a dimensão política, ao fornecer a possibilidade da produção de novos espaços de negociação de antagonismos historicamente constituídos. É importante sublinhar que se usam como referência para este apontamento especificamente os sujeitos protagonistas das histórias de vida recolhidas, posto que não se pode simplesmente estender essa leitura a todos os que compartilham o projeto produzido por eles, ou seja, aos outros integrantes do Grupo do Beco e do grupo Meninas de Sinhá ou de quaisquer projetos de cunho cultural. Isto é, ainda que o trabalho educativo com oficinas de arte/cultura seja hoje uma referência comumente usada por projetos sociais de cunho privado ou de políticas públicas, ele apresenta uma leitura da cultura como carregada de um protagonismo simbólico superior, mas que não chega a ser efetivado na maior parte dos casos atendidos por tais projetos. Para o pesquisador deste estudo, a questão está no discurso que *garante* acesso à competitividade, à inclusão e à cidadania, simplesmente por meio da participação nas oficinas culturais, sem que os lugares experimentem um deslocamento. A dimensão social e simbólica desses lugares, no território, permanece a mesma, não havendo mudança de posição, tal como promete o discurso.

Assim, é necessário pensar a importância do lugar na constituição subjetiva. Encontra-se aqui uma possibilidade de liame teórico, posto que se sabe que essa subjetividade é construída no mundo material, histórico e social, de forma ativa. A produção da subjetividade exige a conexão com o outro, a formação de um nós, o reconhecimento da alteridade e sua negociação, bem como a existência de uma materialidade (histórica e objetiva)

dessa dimensão subjetiva, que se dá na vivência do lugar. Nesse sentido, pensa-se como política a luta pela distribuição dos lugares no espaço.

Tomando o espaço como condição, meio e produto da reprodução social, entendemos que é possível enriquecer nossa leitura da vida social, entendemos, ainda, que nos falta creditar ao espaço sua importância em termos psicossociais. A Psicologia praticamente se ausentou quanto a uma leitura (imprescindível, contudo) sobre os processos de subjetivação que levasse em conta a dimensão espacial.

Ora, a constante e necessária produção e apropriação que o ser humano faz do espaço revela a importância desse elemento na constituição do humano: no espaço, homens e mulheres imprimem sua marca, desenvolvem relações de poder, subsistem. De acordo com Milton Santos: “o espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos” (1978, p. 137). A introdução da dimensão espacial nas leituras feitas leva a uma aproximação da realidade vivida, do vivido humano, do cotidiano (centro do acontecer histórico), com a produção subjetiva. Trabalhando com o espaço, é se conduzido a uma perspectiva consistente da totalidade da questão social.

O espaço toca as diversas esferas da vida cotidiana, como percebemos no desenvolvimento das pesquisas citadas. Nesse processo, percebe-se que a Geografia se coloca no centro de nossas questões, a exemplo do que relata Foucault (1979) acerca de suas pesquisas:

(...) agora me dou conta que os problemas que vocês colocam a respeito da geografia são essenciais para mim. Entre um certo número de coisas que relacionava estava a geografia, que era o suporte, a condição de possibilidade da passagem de uma para outra. Deixei as coisas em suspenso ou fiz relações arbitrárias. (FOUCAULT, 1979, p. 164).

Compreender o homem significa, dessa forma, olhar para o indivíduo que vive em um espaço/território e num determinado tempo/período. Espaço e tempo são estruturais, conformam o próprio contexto sócio-histórico. Propiciam uma aproximação com a realidade concreta e refutam especulações que possam comprometer esta análise. Como bem aponta Gaulejac (2001), não se pode pensar na questão do sujeito:

(...) sem inscrevê-lo numa dupla determinação: social e psíquica. Se o indivíduo é produto de uma história, esta condensa, de um lado, o conjunto de fatores sócio-históricos que intervêm no processo de socialização e, de outro, o conjunto de fatores intrapsíquicos que determinam a sua personalidade. (GAULEJAC, 2001, p.41).

Para tanto, pensa-se em termos de *cidade vivida* (SILVA; SOUZA, 2002), como: “Rede dinâmica de relações (e não estrutura rígida); um campo de forças em movimento e organização contínua.” (PEIXOTO, 2004, p. 420). A cidade é o que a memória significou, a cidade não se apaga: como propõem Hissa e Melo (2008),⁶ a cidade é um palimpsesto e a cidade é um lugar:

A cidade e o lugar, embora possam assumir uma natureza distinta, permitem abordagens teóricas que se atravessam. Pode-se pensar que a cidade assuma a condição de lugar. Além disso, nos interiores da cidade, pode ser imaginada uma profusão de lugares, cada qual com sua relativa particularidade, marcada pela identidade dos indivíduos e dos grupos. Entretanto, nem todos os lugares são cidades (HISSA; MELO, 2008, p. 295).

O lugar é a categoria que aproxima do presente e que envolve a memória, pois é onde a vida acontece e, assim, é onde os significados se inscrevem – ficam disponíveis para serem lidos, recriados, apagados. No lugar, nas ligações que se oferecem entre mundo e indivíduo, entre tempo e espaço, entre materialidade e imaterialidade, as mediações simbólicas, fundamentais à vida cotidiana, se fazem existir.

A memória é sempre instável. É construída e reconstruída, feita de invenção, de imaginação, de afetos e de fatos. Ela não é feita de virtudes impecáveis, é criada, cultivada, transformada – sempre. A memória não está no passado.

Discorda-se de Milton Santos que sugere uma certa inutilidade da memória para os migrantes que chegam na cidade nova (SANTOS, 1999, p. 328).⁷ Ao contrário, pensa-se a memória como geradora do futuro, a exemplo do que ensina Ecléa Bosi (BOSI, 2004), justamente porque é sobre a memória que se reinventa constantemente o passado e se cria o presente. Aliás, no caso do grupo de cantigas de roda, percebe-se que suas integrantes, migrantes, criam uma experiência em que o passado reverbera na produção do futuro, exatamente pela reconstrução das lembranças das cantigas e histórias, irrigadas pelos afetos do presente, dos encontros plurais entre cidades, comunidades rurais e a favelas.

Portanto, a memória não é uma bagagem, não é segura ou confiável – blindada, como se costuma pensar ou desejar. Essa memória, como um *estado* de coisas, seria inútil, sim. Contudo, é justamente a memória, os saberes inventados, que possibilita o novo no encontro com a cidade. Pense-se a memória como processo, aceitando o convite do livro de Ecléa Bosi (2007), que diz que nela está o presente:

⁶ Os autores dialogam com o trabalho de David Harvey, A condição pós-moderna (1989).

⁷ “Para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio e que de pouco lhes serve para a luta cotidiana”. (SANTOS, 1999, p. 328)

na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado, ‘tal como foi’, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 2007, p. 55).

A memória não é sonho, é trabalho, pois trabalho é transformação, cultivo. Bosi (2004) afirma que lembrar não é reviver, é refazer, pois *lembrar não é viver de novo*, é construir – sempre de outro jeito – o vivido, que se torna novo, de cada um. E isso acontece na relação com o outro, com o grupo, com a produção de uma identificação (ainda que esta seja pela via da oposição ou da resistência), quando amalgama-se ao passado o presente. Com base nas invenções vividas e trabalhadas nas memórias dos nossos interlocutores, reencontram-se o lugar, a cidade, a política e o devir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, V. A.; SILVA, L. R. da. A pesquisa em História de Vida. In GOULART, I. (Org) *Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 133-146.
- BOCK, A M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. *Psicologias: introdução ao estudo de Psicologia*. São Paulo: Saraiva, 1992.
- BOSI, E. *Memória e sociedade*. lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 [1979].
- _____. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê, 2004.
- DAVIS, M. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ENRIQUEZ, E. O papel do sujeito humano na dinâmica social. In: LÉVY, A. et al. *Psicossociologia: análise social e intervenção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 27-44.
- FOULCAUT, M. Sobre a Geografia. In.: _____. *Microfísica do Poder*. São Paulo: Paz e Terra, 1979. p. 160-172.
- GAULEJAC, V. de. Psicossociologia e sociologia clínica. In.: ARAÚJO, J. N. de; CARRETEIRO, T. C (Orgs.) *Cenários sociais e abordagem clínica*. São Paulo: Escuta/Belo Horizonte, Fumec, 2001. p. 35-47.
- GOMIDE, A. D. *Território e trabalho como possibilidade de enraizamento: a história de Valdete do Alto Vera Cruz*. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- GOMIDE, A. D., NOGUEIRA; M. L. & BARROS, V. A. Território e trabalho: condições e limites para as ações do sujeito social. In: MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. (Orgs.) *Psicologia social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 239-253.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2007.
- HISSA, C.; MELO, A. *O lugar e a cidade: conceitos do mundo contemporâneo*. In: HISSA, C. (Org.). *Saberes ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.293-308.

- HISSA, C. E. V. *Saberes Ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, H. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- LÉVY, A. *Ciências clínicas e organizações sociais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MELO, A.; SANTOS, D. *Cidade e escritura: cartografias do transitório*. In: HISSA, C. (Org.) *Saberes ambientais*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. p.283-292.
- NOGUEIRA, M. L. M. *Mobilidade psicossocial: a história de Nil na cidade vivida*. Dissertação (Mestrado em Psicologia). 2004. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- NOGUEIRA, M. L.; SANDER, J. A *Cidade: o jogo da alteridade*. In: *Corpocidade: debates em estética urbana 1*, Salvador/BA, 2008. s/p. Disponível em: <http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/resultado/ST4/MariaNogueira.pdf>. Acesso em: 10 jul 2009.
- PEIXOTO, N. B. *Paisagens urbanas*. São Paulo: Senac, 2004.
- PINEAU, G. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.32, n.2, p. 329-343, maio/ago. 2006.
- RUIZ, E. T. Impactos epistemológico y social de la sociología clínica. In: GAULEJAC, V. de et al. *Historia de Vida. Psicoanálisis y Sociología Clínica*. México – Universidad Autónoma de Querétaro, 2005.
- SALGADO, S. *Êxodos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: espaço e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.
- SECCHI, B. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SOARES, L. E. Conspiração contra a mudança In: SOARES, E.; BARBOSA, A.P. (MV. Bill); ATHAYDE, C. (Orgs.). *Cabeça de porco*. (100-108) Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p.100-144.
- VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O. et al. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2002. p.75-103.
- VIEGAS, S. *Conferência Trabalho e vida*. Belo Horizonte: CRP, 1989, mimeo.
- WEIL, S. *O enraizamento*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2.